



Jornal do SINPOL

JORNAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANO XVIII - Nº 34 - ABRIL/MAIO/JUNHO 2013 — Rua Riachuelo nº 191-A - 2º andar - Centro - Rio - Tel.: 2224-9571



Será no Rio o 7º Encontro Nacional de Policiais Civis



O SINPOL – com o apoio da Feipol (Federação Interestadual dos Policiais Cíveis das Regiões Sul e Sudeste) – promove o 7º Encontro Nacional de Entidades de Policiais Cíveis no Teatro de Arena do SESC, nos dias 22, 23 e 24 de maio, na Rua Domingos Ferreira, 160 – Copacabana. No dia 22, a partir das 14h, haverá o credenciamento dos participantes. A abertura do Encontro será às 16h, com intervalo às 18h para o coffee break. Às 18:30h haverá o primeiro painel que seguirá até às 21h. Entre outros temas, serão debatidos a Lei Geral das Polícias Cíveis, a Reforma do Código Penal, a PEC 37/11, que define a competência para investigação criminal, e o PLC 132/12, sobre as atribuições dos delegados de polícia nos inquéritos criminais.

No dia 23, às 9h, serão iniciadas as palestras dos convidados. Às 12:30 h haverá intervalo para o almoço e às 14h recomeçam as atividades que

prosseguirão até às 17hs, com outro intervalo para o lanche. O retorno será às 17:30 h com encerramento dos trabalhos previsto para as 21h.

O dia 24 (sexta-feira) será livre para que as delegações possam conhecer a cidade do Rio de Janeiro e setores da Polícia Civil do Estado.

Todos os sindicatos e federações de Norte a Sul do país foram convidados. A hospedagem dos participantes dos outros Estados será no Sesc de Copacabana, com capacidade para e 100 pessoas. Foram reservados pelo Sindicato 30 apartamentos triplos e cinco duplos, todos com cama de solteiro para os dias 22, 23 e 24 de maio. Os preços da diária são: R\$ 150 referente a quarto duplo, e R\$ 200 para o triplo.

Mais informações no atendimento@sinpol.org.br - Tel. (21) 2224-9571, 9988-3328, 8477-2102 (Bandeira ou Solange).

Sinpol faz dois protestos em um só dia

O Sindicato dos Policiais Cíveis - SINPOL realizou no dia 6 de fevereiro, duas manifestações: uma em frente à Chefia de Polícia, reivindicando o pagamento imediato da Gratificação Especial de Atividade – GEAT, e outra, em frente ao casarão ocupado pela ONG que usa o nome do Bola Preta, na Rua da Relação – construído pelo SINPOL para atender à categoria. Antes era um terreno abandonado há mais de 20 anos.

SINPOL exige devolução da sede

O conjunto de lotes pertencente à RioTrilhos (Rua da Relação 3, 5, 7 e 9) foi ocupado pelo Sinpol em 2005, após construir sua sede no local, com autorização do patrimônio público. Foram gastos na construção do prédio, mais de R\$ 600 mil, com recursos dos policiais civis.



Policiais e moradores do Centro protestaram contra ONG picareta

Em 2009, mesmo sabendo que o governo já havia cedido o imóvel para o SINPOL, o secretário de Transportes, Júlio Lopes, entregou-o ao Centro Cultural Cordão do Bola Preta – ONG trazida de Vitória / ES, para receber recursos públicos. O presidente e o vice desta ONG foram os mesmos que afundaram o Bola Preta em dívidas, acarretando a perda da sede própria na Av.13 de Maio, no Centro, adquirida nos anos 50.

Falso Bola Preta tem sede fechada

Os sobrados da Rua do Lavradio nº 90 com Rua da Relação sob a responsabilidade da ONG caíram em abril de 2012 mesmo havendo um decreto do prefeito Eduardo Paes que manda proprietários, locatários ou comodatários manterem em bom estados os imóveis que utilizam. “A ocupação do imóvel pela ONG Centro Cultural Bola Preta é questionada na Justiça tanto pelo Sindicato quanto pelos sócios proprietários do Bola Preta, que em 2012 conseguiram bloquear as verbas para a ONG em consequência da ação para a retomada do prédio”, ressaltou Fernando Bandeira, presidente do SINPOL. Após o Carnaval de 2013, a sede da ONG foi fechada pelo Corpo de Bombeiros, atendendo denúncia da Associação de Moradores e amigos do Centro (AMAC) que esteve no local e constatou que havia no teto do Centro Cultural decorações feitas de pano e plásticos, sem saídas de emergências e extintores insuficientes em casos de incêndio.

Governo não cumpre decisão judicial de pagar a Geat

Mais de 2 mil policiais têm direito de receber a Geat com valores entre R\$ 12 e R\$ 28 mil, informou Fernando Bandeira. Desde dezembro de 2011 uma sentença da 9ª Vara de Fazenda Pública vem sendo desrespeitada pelo Estado que não paga a gratificação

aos policiais aposentados, pensionistas e policiais da ativa, de licença ou férias, que não a receberam no período de sua vigência, entre maio de 2000 e junho de 2002. O SINPOL esteve na chefia de polícia e solicitou à delegada Martha Rocha que interceda junto à Seplag o pagamento da Geat. Segundo o advogado do Sindicato, José Luzardo dos Santos, a execução da ação totaliza hoje, a importância de R\$ 21 milhões. “O Estado perdeu em todas as instâncias e não tem mais como recorrer”, diz Bandeira, acrescentando que a “Procuradoria do Estado foi citada para efetuar o pagamento a todos os associados relacionados na planilha apresentada à Justiça pelo Sindicato, mas o governo vem protegendo a quitação dessa dívida com os policiais”.



(E)Renato, Bandeira, Del Danton, Franklin, Advogado Santos, Natalício e delegado Cristiano

Honorário só no final do processo

Pág. 2

Policial divide enfermaria com bandido

Pág. 3

Traição impede con-quistas da polícia

Pág. 5

Premiação não melhora investigação

Pág. 8

EDITORIAL

Cabral, respeite os policiais!

O SINPOL já encaminhou várias vezes ao governador a pauta de reivindicações não sendo atendido, o que mostra o pouco apreço com a categoria.

Os policiais civis encontram-se sem sua sede, entregue pelo governador à Ong picareta que usa o nome Bola Preta, sem plano de cargos e salários, sem Geat, sem hospital, já que o seu foi desativado para dar lugar ao badalado Museu de Arte do Rio – MAR. Propaganda do governador e prefeito, sobre a revitalização do Porto Maravilha.

O efetivo da Polícia Civil é irrisório e muito distante do previsto na lei 699/83 (23.500 policiais) compatível com a população do Rio na época. Com o crescimento da população o efetivo atual de cerca de 9.500 é muito pequeno face à violência crescente no Estado.

Os policiais civis, PMs e bombeiros são categorias chave para assegurar a ordem pública na cidade que, a despeito da implantação das UPPs, sofre com os assaltos aos turistas, como também aos demais cidadãos, abalando a opinião pública do Rio, de todo o país e do exterior.

Investir nos servidores públicos da saúde, da educação e da segurança pública, atendendo ao conjunto de suas reivindicações seria o mínimo que se poderia esperar do governador do Rio, cidade prestes a receber grandes eventos que começam nos próximos dias com a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, e em 2014 a Copa do Mundo e em 2016 as Olimpíadas. Governador bem relacionado com as construtoras vende os bens do Estado, como o quartel General da Polícia Militar e vários batalhões, fecha hospitais, como o Iaserj e museus, entre outros prédios públicos. Seu foco não está centrado no ser humano, elemento básico de qualquer organização, mas nas obras, que fazem a festa das empreiteiras.

As forças da segurança pública do Rio merecem respeito e suas reivindicações devem ser atendidas.

Fernando Bandeira

Honorários só no final

Ação na Justiça para cobrar horas excedentes e adicional noturno

O SINPOL, através do Escritório Teodoro da Silva & Advogados Associados, está preparando ações na Justiça para cobrar do Estado direitos retirados. Ficou decidido que o policial sindicalizado só vai quitar os honorários no fim do processo, quando a causa estiver ganha. “Este acordo com o escritório teve a intenção de não sacrificar mais o policial que tem que pagar antes ou até durante o curso do processo”, explicou Bandeira. Para aqueles que comprovadamente não puderem pagar as custas, será requerida gratuidade na Justiça.

O Sindicato vai exigir no Judiciário o pagamento das horas excedentes dos últimos cinco anos e o adicional noturno, em função de o Estado já estar pagando, através do Regime Adicional de Serviços (RAS), as horas excedentes nos domingos e feriados com 50% a mais no contracheque, e o adicional noturno aos agentes que trabalham à noite. O SINPOL também vai cobrar judicialmente os reajustes e benefícios da Lei 2.990 – que antecedeu a atual Lei 3.586 – a todos os policiais civis. Dois grupos de 8 policiais (16) tiveram sentença favorável e estão rece-



Policiais poderão entrar na justiça sem pagar nada durante o processo

bendo com os novos valores.

A relação de documentos para ajuizamento de Ação de Horas Excedentes mais Adicional Noturno que o advogado precisa são: cópia RG – cópia CPF – cópia comprovante de residência – edital do concurso, caso tenha – escala de serviço e contracheque subsequente à escala. Obs: Quanto mais escalas melhor.

A procuração e o contrato ficam à disposição na sede do SINPOL: Rua Riachuelo nº 191-A (esquina com Rua André Cavalcanti) – Centro. Caso o

policial esteja impossibilitado de levar os documentos ao Sindicato, poderá enviá-los para o e-mail atendimento@sinpol.org.br com a firma reconhecida.

Os advogados William Teodoro, Tiago Soares e Wilson Araújo também estão estudando a possibilidade de corrigir os vencimentos básicos dos cargos que recebem menos que o Salário Mínimo Estadual de R\$ 763,14.

Para ter direito a ingressar com as ações, sem nenhum custo durante o processo, procure o Sindicato e filie-se!

Policiais criticam desvalorização da profissão



Policiais de Niterói recebem bem o jornal do SINPOL

O SINPOL tem visitado várias delegacias levando informações e colhendo reclamações dos policiais. A equipe do Sindicato esteve em várias unidades policiais, como: a 73ª DP (Neves), 76ª DP (Niterói), 77ª DP (Icaraí), 78ª DP (Fonseca), DEAM, DPCA e a 16ª DEAC.

O inspetor Pessoa, da Delegacia de Neves, desolado com o que chama de “desvalorização da profissão” disse que tem orgulho da sua carteira, “mas se envergonha dessa casa”. Por sua vez, o inspetor Danilo, também da 73ª, criticou o PLC 554/2010, que revogou a lei complementar 51/85, prevendo aposentadoria especial para os policiais aos 30 anos de serviço, pelo prin-

cípio do risco inerente às suas atividades, condicionado pela profissão: “A pessoa entra numa regra do jogo e, aos 50 minutos do 2º tempo, tudo muda. Quero me aposentar e fica aí essa briga”, lamentou Danilo.

Na 78ª DP, a inspetora Elisabeth Braga, pediu providên-

cias para os constantes atrasos no pagamento do Regime Adicional de Serviços - RAS, que prevê pagamento a profissionais que trabalham nas folgas. Na 76ª, uma agente com 39 anos de polícia pediu “mais mobilização para haver maiores vitórias”.

JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua Riachuelo nº 191-A - 2º andar - Centro. CEP:20.230-010

Tel.: (21) 2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br — Site: www.sinpol.org.br

Diretor: Fernando Bandeira – **Dir. de Comunicação:** Gemerson Dias

Editor: Cláudio José - RG. MTE nº 31.381 – **Colaborou:** Maria Helena Santos e Bruno Maciel – **Repórter:** Ana Helena Tavares – **Fotos:** Cláudio José, Bruno Maciel e Ana Helena – **Editoração e Arte Final:** Fernando Teixeira

Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ Tiragem: 10 mil exemplares

Sem hospital, policiais dividem enfermaria com bandidos

Desde abril de 2010 quando o hospital da polícia civil - José da Costa Moreira - foi fechado, o atendimento médico tem sido feito na Academia de Polícia Sílvio Terra - Acadepol, em salas improvisadas. O Estado entregou o hospital à Prefeitura sem ter outro para os policiais. O prédio virou o Museu de Arte do Rio, como parte das obras de revitalização do “Porto Maravilha”.

Consta na pauta de reivindicação do SINPOL o plano de saúde pago pelo Estado para atender o policial e seus familiares. “O melhor para os policiais e seus familiares é que o Estado pague um plano de saúde para todos, beneficiando os policiais da Bai-

xada e interior fluminense que não conseguem fazer grandes deslocamentos para consultas na capital”, disse Bandeira.

Polícia e bandido

atendidos no mesmo lugar
O comissário de polícia Luiz Otávio, o Pópó, há 34 anos na Polícia Civil, rompeu o tendão de Aquiles e teve que ser operado às pressas. Sem plano de saúde e sem hospital para o servidor policial civil, Luiz Otávio foi levado para o Hospital Souza Aguiar. Esperou quatro dias para fazer a cirurgia. Durante 15 dias, desde a internação até a alta médica, Luiz Otávio dividiu espaço com bandidos que estavam sendo aten-

didados ao seu lado. “Percebi pelo papo dos pacientes ao lado que



Comissário Luiz Otávio indignado com a falta de estrutura

eram bandidos e vi que estavam algemados na parte de ferro da cama. A enfermeira me orientou a não contar para ninguém que eu era policial. Fiquei com muito medo. Foi um suplício, desabafou Luiz Otávio”.

O policial reclamou ainda que entrou em contato com a ACADEPOL solicitando apoio para ir até o hospital Municipal Barata Ribeiro que fica ao lado da Mangueira, fazer exames e curativos. Foi informado que a ambulância da policlínica não poderia sair por estar sem bateria. “Uma vergonha!”.

Nada é tão ruim que não possa piorar

A saga de Luis Otávio não acabou

por aí! Impossibilitado de colocar os pés no chão e com gesso até joelho, foi preciso, após vários exames, apresentar um documento para inspeção médica – AIM a ser entregue, no prazo de 3 dias na delegacia onde o servidor é lotado. O comissário entrou em contato novamente com a ACADEPOL pedindo auxílio ao setor de assistência social para que fizessem a entrega do documento. “Quem disse que eu consegui alguma coisa? A assistência social da Academia não funciona. Tive que pedir um favor a um colega de trabalho para que ele levasse o documento. Mais uma vez, uma vergonha!”.

Para tirar o gesso teve ajuda do motorista e do carro do SINPOL.

Policlínica da Polícia Civil começa a ser construída

O Estado iniciou as obras para a construção da Policlínica da Polícia Civil do Rio de Janeiro, no Estácio – Rua Haddock Lobo, nº 40. O estudo do solo e levantamento topográfico já foram concluídos. O engenheiro responsável, Márcio Leite, da Construtora Irmãos Haddad, informou que teve início a fase de testes da fundação para erguer o prédio de dois andares que terá consultórios, clínicas médicas e cirúrgicas e centro de

fisioterapia respiratória e motora.

Segundo ele, as obras estarão concluídas no segundo semestre de 2013, prazo estipulado pelo governo para a entrega da Policlínica, orçada em R\$ 8.362 milhões.

O Hospital da Polícia Civil na Praça Mauá foi fechado em 2010, e desde então, o atendimento médico para policiais e seus dependentes tem sido feito de forma precária na Acadepol, conforme noticiou o Jornal do

Sinpol na edição nº 31, de março de 2012.

O Estado entregou o hospital à Prefeitura sem que houvesse outra unidade para garantir a saúde dos policiais e seus familiares. No lugar do HPC foi construído o Museu de Arte do Rio inaugurado no início de março.

Ainda em 2010, o SINPOL cobrou do

subchefe administrativo, delegado Waldeck Monteiro, a construção de um novo hospital. Na ocasião, o delegado mostrou a planta do terreno e informou que a policlínica ficaria pronta em três meses – o que não aconteceu.



Iniciada as obras da policlínica no Estácio



Segundo o Governo a obra custará R\$ 8 milhões



Museu de Arte do Rio – MAR. Prédio à esquerda era o Hospital da Polícia Civil

Cidade da Polícia finalmente sai em Junho, diz EMOP

O Complexo da Polícia Civil de 44 mil m² na Avenida Dom Hélder Câmara, em Manguinhos, mais uma vez teve o prazo prorrogado para a conclusão das obras. Inicialmente prevista para outubro de 2011, a Cidade da Polícia que ficaria pronta em abril deste ano, teve sua inauguração adiada mais uma vez. O novo prazo estipulado é junho. A informação foi passada ao SINPOL pela Assessoria de Comunicação da Empresas de Obras Públicas – EMOP.

Em agosto do ano passado o SINPOL visitou as instalações do complexo policial e constatou que as obras estavam adiantadas, mas faltava ainda muito por fazer. O Bloco de Monitoramento de Inteligência está pronto e em fase de testes dos equipamentos de alta tecnologia, assim como o pavilhão das delegacias especializadas. As obras foram concluídas no Centro de Operações e Stand de Tiro automatizado, com padrão do FBI americano.

Faltam ainda concluir a urbanização das ruas e esta-

cionamento para mil veículos, Heliponto, Sala de Microfilmagem e Ambiente Cenográfico para treinamento.

A Cidade da Polícia também será o endereço novo da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais), Esquadrão Antibombas, Centro de Inteligência policial (Cinpol) e Departamento Geral de Tecnologia e Informática.

De acordo com a EMOP, o custo total da obra física é de R\$ 70 milhões.

Café da manhã na ACM:

SINPOL distribuiu 300 cestas e 25 brindes

Em dezembro de 2012, o SINPOL fez sua festa de Natal e fim de ano na Associação Cristã de Moços (ACM), na Rua da Lapa, 86. Houve sorteio de 25 brindes e a entrega de 300 cestas natalinas aos policiais que se inscreveram para o encontro festivo. A confraternização entre o Sindicato e associados já é uma tradição



O policial Paulo Dantas ganhou um aparelho de DVD do SINPOL



Oficiais de cartório se queixam: promoção para comissário é demorada

feitas nas delegacias pela assessoria do SINPOL mostram que é unânime entre os agentes o desejo de uma só entidade para defender a categoria.

Relação dos brindes e dos policiais sorteados: panela de pressão - Terezinha de Jesus; Liquidificador - Nilza Arruda; Conjunto com 2 assadeiras - Antonio Costa Freitas; Cafeteira - Celso Fernandes Guimarães; Cafeteira - Alberto Leão; Faqueiro - Antonio Santana; Pipoqueira - Isaías Luciano; Sanduicheira - Nelson Souza Resende; Espremedor de Frutas - Dejair da Silva Cardoso; Panela de Pressão - Oswaldo Luciano; Maleta de Ferramentas - José Serafim; Ferro de Passar - Josias Castro; Assadeira - Zélia Fialho; Sanduicheira - Lucília; Panela de Pressão - Maria José Martins; Cafeteira - Ibsen; Pipoqueira - Claudi-

nho da Costa; Panela de Pressão - Jorge Goston; Espremedor de Frutas - Quintino David; Ferro de Passar - Jorge Édén; Assadeira Oval - João Jorge; Panela de Pressão - Amaury Guimarães; Maleta de Ferramentas - Alan Kardec; Mini Forno Elétrico - Ivoneti Gonçalves; DVD Karaoke - Paulo Dantas.



Os associados do Sinpol prestigiaram o café da manhã oferecido no final de ano

SINPOL apóia oposição vitoriosa no Clube Municipal

O SINPOL apoiou a chapa de oposição "Frente Renovação" liderada por Luiz Parede, o Luizinho, que venceu a chapa da situação encabeçada por Otávio Luiz Alves que está a frente do clube há mais de 30 anos. Os comissários Luiz Otávio (Popó) e Hélio Celestino, diretores do SINPOL, estão na direção da chapa vencedora que teve 438 votos contra 397.



Na primeira fila: os dirigentes do Sinpol, Luiz Otávio e Hélio Celestino - eleitos dirigentes do CM - com o presidente Bandeira

A nova administração do clube tomou posse no dia 10 de janeiro e tem como meta restaurar, manter e preservar as dependências do CM; quitar as dívidas feitas pela atual diretoria; elaborar programa de investimentos para implementar as subdesdes de Angra dos Reis e do Recreio; promover a reforma do estatuto, constando que o presidente do Clube Municipal terá mandato de 4 anos, podendo ser reeleito para um único período subsequente; reorganizar o CM com transparência e respeito ao associado; integração das famílias às atividades sócio-recreativas, principalmente nos fins de semana, entre outros itens.

"A administração anterior nos deixou muitas dívidas. Vamos tentar colocar as contas em dia, e recuperar as subdesdes de Angra dos Reis e do Recreio que precisam de reformas, explicou Luizinho".

Entre outros artistas, a bateria da Escola de Samba do Salgueiro sacudi a galera após a pos-



O comissário Luiz Otávio, do Sinpol, toma posse no Clube Municipal

se da nova diretoria, cujo mandato terá três anos, podendo ser modificado o estatuto para quatro anos, com o atual presidente reeleito para um único período subsequente.



Diretores do Sinpol celebram a vitória da nova diretoria do Clube que já foi palco de grandes assembleias de servidores públicos

Câmara Municipal homenageou 50 policiais militares

A Câmara do Rio homenageou dia 19 de fevereiro 50 policiais militares entre praças e oficiais que receberam do vereador do PR - major bombeiro, Márcio Garcia - 50 moções de congratulações por terem se destacado no exercício de suas atividades profissionais. A homenagem marcou a passagem do dia do Policial Militar comemorado em 21 de abril. Entre eles, um grupo de 20 que havia participado da greve da segurança pública em fevereiro de 2012. O SINPOL prestigiou o evento com seu presidente, Fernando Bandeira.



Fernando Bandeira (D) com os PMS Pablo Rafael (E), Wagner Luís, Marco Aurélio e o vereador Márcio Garcia

Centenas de policiais e bombeiros foram perseguidos e presos ilegalmente em Bangu 8. Na época, o SINPOL estrategicamente colocou o carro de som na Cinelândia, bem antes do início da Assembleia Geral que deflagrou o movimento grevista nos Bombeiros, PM e Polícia Civil, garantindo até o fim os discursos dos líderes, sindicalistas, parlamentares e convidados que subiram ao palanque montado na Praça Floriano.

Entre os homenageados, estavam o coronel Rabello, major Hélio, cabo Wagner Luís, líder do Movimento Luz Azul, cabo Marcos

Aurélio, até hoje respondendo ao Conselho de Disciplina, e o sargento Márcio Alves que atirou no psicopata que matou crianças e adolescentes na Escola Municipal Tarso da Silveira, em Realengo, há três anos.

Major Hélio lembrou que os policiais foram punidos ou excluídos porque lutavam por melhores condições de salário e trabalho, acrescentando que o Estado tem que oferecer salários condizentes para que os praças possam se locomover com segurança, evitando ficar em pontos de ônibus expostos ao perigo.

Traição impediu conquistas da Polícia Civil

Em 10 de fevereiro, a histórica greve geral dos policiais civis, bombeiros e PMs por melhores condições salariais e de trabalho, aprovada dia 9/02/12, na Cinelândia, em grande concentração pública, completou um ano. A assembleia só pôde ser realizada graças ao carro de som do SINPOL, que, escondido, chegou cedo ao local, em frente à Câmara dos Vereadores. Os outros foram impedidos.



Caminhão de som do SINPOL garantiu assembleia na Cinelândia

Na época, o governador Cabral reagiu com dureza, prendendo 200 líderes dos Bombeiros e da Polícia Militar. Na Polícia Civil, só ameaças. Desde o início das reuniões visando a greve, iniciada pelo grande movimento dos Bombeiros em 2011, o SINPOL esteve à frente, apoiando irretiradamente os policiais civis, Bombeiros e PMs, inclusive ajudando as famílias dos que estavam presos.

Outro agravante foi a Coligação - presidida por Walter Heill - , abrir seu auditório para que o inspetor Chao que disse que esteve com a chefe de polícia no dia an-

terior, anunciasse para a imprensa o fim da greve na segurança pública. A falsa afirmação foi rechaçada na mesma hora por representantes dos Bombeiros e da PM que disseram que continuariam parados. Bandeira, impedido de entrar na Coligação pelos segurados contratados, disse à imprensa que a greve continuava e a decisão seria tomada na assembleia de domingo em Copacabana. A maioria queria que a paralisação, que entrava no segundo dia, prosseguisse. No entanto, com a traição e as prisões, a greve

terminou na noite do quarto dia.

Em consequência do movimento paralisado, o governador reduziu de quatro para dois anos e dois meses o reajuste de 60%, dado em 2010. Também concedeu vale transporte de R\$ 100, 00 e implantou um banco de horas que está em vigor (RAS), mas o pagamento é feito com atraso e descontos.

Esses pequenos avanços foram fruto da



GREVE : 9 de fevereiro de 2012. Na Cinelândia 20 mil policiais civis, militares e bombeiros . Maior concentração no Brasil.

intervenção do SINPOL junto à secretaria de Segurança Pública, antes da greve, quando cobrou do secretário Beltrame o cumprimento dos artigos da Constituição do Estado, como carga horária semanal de 40 horas, adicional noturno, vale transporte, proibição de diferença de salários (gratificações diferenciadas), entre outras.

Se não fosse a traição dos dois falsos líderes, certamente teríamos conseguido muito mais.



Mulheres dos bombeiros e PMs presos recebem apoio da população

RAS: EM CURTO PRAZO POLICIAIS IRÃO "BATER PINO"

O decreto nº 43.538/12 que instituiu o Regime Adicional de Serviços - RAS para a polícia civil, vem causando divergências na categoria. Alguns policiais aceitam e outros são radicalmente contra.

Esta forma de melhorar o salário do policial não agrada em nada boa parte dos policiais civis. "É preciso que o Estado pague melhor seus agentes para que não façam bicos em suas férias ou em suas folgas". Bandeira alerta ainda, "que essa autorização absurda acaba prejudicando o desempenho da função policial e do serviço ao qual foi designado pelas horas excessivas de trabalho que terá de suportar".

Os policiais reclamam do excesso da jornada de trabalho, acúmulo de RO's, longas distâncias da DP onde será feito o RAS e o desconto absurdo da gratificação. Outra dúvida que paira sobre o regime é a não inclusão da gratificação no contracheque do servidor. As gratificações recebidas não serão incorporadas, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, ficando excluída da base de cálculo do adicional de tempo de serviço, 13º salário, férias, previdência, bem como de quaisquer outras verbas remuneratórias que incidam sobre vencimento básico. "Somos descontados pelo imposto de renda o que não é revertido em nossos direitos trabalhistas. Isto é errado!", reclamou o policial da 23ª DP que não quis se identificar.

Celina, inspetora há 26 anos, trabalha no setor administrativo da 23ª DP. Questionou sobre a falta de informação prévia das DPs dos que estarão no dia, no RAS. "A informação chega em cima da hora para nós da delegacia.



O Inspetor Sérgio se associa com a visita do Sinpol às delegacias

Precisamos saber antecipadamente para organizarmos as equipes e fluir bem o trabalho".

O inspetor Sérgio da 24ª DP informou que a maneira como está sendo feita a alocação de policiais em outras delegacias não é legal. "Não sabemos o perfil do policial, como é seu modo de trabalho e por vezes o delegado que não conhece o policial do RAS, acaba pedindo tarefas para o policial do expediente, sobrecarregando".

Ainda na 24ª DP o inspetor Julio Lopes, recém associado ao SINPOL, disse que a troca de delegacia para fazer o RAS é desgastante fisicamente e financeiramente. "A chefia de polícia teria que rever e modificar a questão da central de flagrante. Todos os flagrantes de 4 delegacias caem aqui na 24ª DP. Gostaríamos que houvesse um revezamento de central para que todos os policiais trabalhassem por igual, não sobrecarregando outros colegas."

Policiais são contra shopping no prédio da antiga Polícia Central

O prédio que foi sede do Departamento de Ordem Política e Social - Dops, e abrigou os principais presos políticos do Brasil no período militar, pode virar um prédio comercial com 18 salas e 3 restaurantes.

Para o SINPOL o uso comercial desse prédio histórico significa apagar a história política do País. "Neste momento em que o Governo Federal procura elucidar o paradeiro de desaparecidos políticos via Comissão da Verdade, tornar esse prédio um shopping é realmente promover o esquecimento da história. O prédio, que juridicamente pertence à Polícia Civil e à sociedade, deveria permanecer como um marco da história do Brasil sem ter comércio. Instalar salões de beleza, restaurantes

e quiosques é realmente um absurdo". Não cabe o uso comercial do local, já que foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em 1987" declarou Fernando Bandeira, presidente do SINPOL.

Segundo o delegado Ciro Advíncula, administrador do Museu da Polícia, no segundo andar do prédio ficará o museu, um auditório para 120 pessoas para uso da polícia civil, a antiga carceragem do Dops reformada e aberta à visitação, além de 7 salas comerciais. Entretanto, Ciro é contra a transformação do prédio histórico em centro comercial, cuja reforma está orçada em 7 milhões, "Até cabe um café de conveniência e uma livraria", ressaltou.

Ciro explicou ainda que estão planejadas 10 lojas no térreo para restaurantes, salões de beleza, quiosques, banheiros e sala da administração. O primeiro pavimento está reservado para as salas comerciais e um café de conveniência.

A exemplo das entidades como OAB, Comissão da Verdade e Movimento Tortura Nunca Mais -, o SINPOL também quer evitar um desfecho parecido com o do presídio Ponta Carretas, em Montevideu, que recebia os opositores da ditadura uruguaia e foi transformado num shopping.



Patrimônio ameaçado pela instalação do uso comercial do prédio

Viúva de policial desaparecido na ditadura não recebe o que tem direito

Wálter Ribeiro Novaes desapareceu em 1971, após ser preso por agentes da ditadura contra a qual lutava. Ele era militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e trabalhava no Rio como guarda-vidas, categoria que foi integrada à Polícia Civil no governo Brizola. A esposa de Wálter e seus dois filhos até hoje não recebem reparação financeira do Estado.

A esposa de Wálter, Atamilca Ortiz Novaes, é indígena e mora hoje numa aldeia na fronteira do Brasil com a Colômbia. Marcos Novaes, advogado e primo de Wálter, relatou que a família está se esforçando para reunir condições financeiras que permitam trazê-la de volta ao RJ.

Wálter foi preso pela 1ª vez em 13/06/1970. Ronaldo Aguinaga, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), esteve preso com ele naquela ocasião. “Fui levado para o 1º Distrito Naval, depois para o DOI-CODI”, contou Ronaldo.

Ronaldo relatou que, no DOI-CODI, ficou numa cela solitária por 15 dias e só depois foi transferido para onde se encontrava Wálter. “Eu tinha 22 anos. Ficamos nós dois numa cela. Ele era um cara tranquilo, sempre sorrindo dentro do possível na situação. Ele foi solto antes de mim”, lembrou Ronaldo.

A segunda prisão, em 12/07/1971, foi a que resultou no desaparecimento. Em 1972, José Carlos Mendes, companheiro de Wálter na VPR, chegou ao Chile com uma jovem indígena e os dois filhos dela. A moça era Atamilca, esposa de “Dico” (nome de guerra de Wálter).

“Atamilca trabalhava como doméstica em casa de militares na cidade de Leticia, fronteira do Brasil com a Colômbia. Os militares a trouxeram para trabalhar no

Rio. Índia, não estava acostumada com o mar. Ela estava se afogando em Copacabana quando Wálter a salvou. Assim se conheceram”, narrou José Carlos frisando a coragem de Wálter por não ter delatado nada aos torturadores. “Por isso ele morreu”, concluiu.

No Chile, quem recebeu a indígena e seus filhos foi Aluizio Palmar: “Eu era responsável pela VPR no Chile, peguei os três e levei para um circo fora de Santiago, onde ficaram confinados por cinco meses”, contou Palmar.

“Eles já sabiam que o Wálter tinha sido preso, por isso a VPR os tirou do Brasil. Wálter e Atamilca moravam num subúrbio do Rio e eram tão confiáveis dentro da organização que chegaram a hospedar Lamarca”, relatou Palmar, jornalista e autor do livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”.

Fernando Bandeira, presidente do SINPOL, acredita na importância de que histórias como essa venham à tona: “Estamos vivendo a Comissão da Verdade. Eu, que fui preso por ter participado da Revolta dos Marinheiros, considero relevante resgatar a memória de alguém que lutou por um ideal e hoje seria nosso companheiro na polícia.”

O policial civil e diretor do SINPOL, Marcius Carvalho, conheceu Wálter e lembra que ele era “uma liderança entre os guarda-vidas”: “Eu era da ALN e conheci o Wálter quando freqüentava o Arpoador. Ele sempre se posicionou contra a ditadura, junto com seus colegas Adilson, Alípio e Urias. Em 07 de Julho de 2012, participei com o Bandeira de um churrasco em homenagem ao Wálter. A Atamilca foi anistiada, mas não recebe pensão mensal pelo desaparecimento do marido. Essa é a nossa luta, é a luta do sindicato”.

SINPOL participa de grande marcha de trabalhadores em Brasília

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com as demais centrais (UGT, CTB, Força Sindical, CGTB e CUT), organizaram no dia 6 de março, da 7ª Marcha da Classe Trabalhadora e Movimentos Sociais. As lideranças e delegações de todos os estados do Brasil participaram em Brasília do grande evento que contou com mais de 40 mil trabalhadores representando várias confederações, federações e sindicatos.

O objetivo da manifestação foi pressionar o governo federal a cumprir as reivindicações históricas dos trabalhadores: fim do fator previdenciário, jornada de trabalho de 40 horas, investimento de 10% do PIB na educação, reforma agrária, regulamentação da Convenção 151 e ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho - OIT que impede a demissão imotivada, valorização dos trabalhadores aposentados e pensionistas, entre outras reivindicações.



Em Brasília policiais lutam pelo direito de greve

“Estamos pressionando o Governo e os parlamentares para regulamentar a convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata do direito de greve dos policiais e demais trabalhadores do serviço público e da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e governo”, disse Fernando Bandeira, presidente do SINPOL.

De acordo com o sindicalista, projetos como o PLP 554/2012 que regulamenta o inciso II do § 4º do art. 40 da Constituição, sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam atividade de risco (60 anos homem e 55 mulher); PL 1949 da Lei Geral das Polícias Civis, PEC 37 que acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal e tantos outros têm reflexo direto nas prerrogativas, direitos e garantias dos policiais civis de todo o Brasil.



Policiais de todo país querem carreira única

SINPOL EM AÇÃO

SINPOL continua cobrando GEAT dos aposentados - O Estado continua fugindo e não paga. Perdeu em todas as instâncias judiciais. Foi requerido ao Estado que fizesse a relação dos policiais aposentados no período de pagamento da gratificação para que os mesmos recebessem o que lhes era devido. Não há motivos para mais procrastinação, pois é o Estado que detém a relação dos policiais que se encontram inativos, durante a vigência do Decreto 26.248/2000. Por diversas vezes, o SINPOL alertou o Estado que os Exequentes são policiais que se encontram em uma faixa etária acima dos 60 e 70 anos, e deste modo, não possuem muito tempo para usufruir a gratificação ganha no judiciário.

Mais de R\$ 10 mil para associada - A associada Dilma Rosa Gaeschlin procurou o SINPOL, para buscar o reconhecimento de uma dívida que o Estado do Rio de Janeiro tinha com ela, referente a abono de permanência no valor de R\$ 10.239,40. O SINPOL ingressou com ação de cobrança no II Juizado Fazendário, conseguindo o pagamento do valor devido à associada.

Aposentado pagava pensão pro além - O policial aposentado Vinício Guerra foi descontado de maneira indevida da importância de R\$ 5.558,32, referente ao pagamento de pensões após o falecimento da mulher. Ao tomar conhecimento dos fatos o Sindicato ingressou imediatamente com uma ação de ressarcimento, que foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que determinou a devolução da importância com juros e correção.

Itaucard devolve cobrança indevida com juros e correção - Sebastião Oliveira, associado do Sindicato, reclamou que estava recebendo cobranças indevidas do cartão de crédito do Banco Itaú S/A – Itaucard. Em uma ação rápida, o SINPOL promoveu um acordo satisfatório para o policial junto ao 18º Juizado de Campo Grande, no valor de R\$ 3.000 incluídos juros e correção monetária.

Pensão atualizada - Nelson Torres, filho do falecido Inspetor de Polícia Nelson Francisco do Nascimento procurou o SINPOL para ter sua pensão atualizada, com base na Emenda Constitucional 47/2005. O Juízo da 15ª Vara da Fazenda Pública julgou procedente sua reivindicação determinando a atualização imediata dos seus rendimentos.

11ª Turma de Comissários – Em reunião realizada na Chefia de Polícia, o SINPOL solicitou à delegada Martha Rocha, o início do curso da 11ª turma de Comissários, confecções de novos distintivos, e a expedição das carteiras de comissário. O Seguro funeral, caso o policial morra em serviço, já está em fase de licitação e será resolvido até maio.

Ações no Juizado Fazendário

O SINPOL está à frente de mais de 40 ações no Juizado Fazendário, todas vitoriosas, com referência a férias e licenças prêmio não gozadas. A grande maioria encontra-se em fase de pagamento. O direito de reivindicar férias e licença prêmio não gozadas prescreve cinco anos após a aposentadoria do servidor.

Está sendo negada no Juizado Fazendário a busca por ressarcimento de período que ultrapasse 40 salários mínimos, tendo o policial que buscar seus direitos nas varas de Fazenda Pública, onde os processos demoram mais.

O SINPOL também tem enfrentado diversas demandas nas Varas de Família, onde possui dezenas de ações tais como: Reconhecimento de paternidade, divórcio, exoneração de alimentos, alimentos, guarda de menor, visitação, etc., tendo obtido resultados satisfatórios.

SINPOL defende Inspetores excedentes

O último concurso para inspetores da Polícia Civil do RJ, realizado em 2012, ofereceu de início 600 vagas, número este que foi posteriormente dobrado, totalizando 1200. No entanto, para teste físico e outras fases foram chamados 2400, dos quais 1700 foram aprovados. Mas, se o curso de formação previsto para 15 de Abril de 2013, só tem 1200 vagas, o que será feito com os outros 500?

Em 20 de Março de 2013, um grupo de

aprovados procurou o Sindicato para pedir ajuda. Eles reivindicam que todos os 1700 tenham direito a fazer o curso de formação e serem nomeados e empossados. Um deles deu a idéia de usar, para o curso, a área da Cidade da Polícia.

O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, recebeu os futuros policiais oferecendo assistência jurídica e ajuda para marcar audiências com a chefe de Polícia Civil,



Aprovados do último concurso pedem ajuda ao SINPOL

Martha Rocha, e com o secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame.

Sinpol luta pela convocação e nomeação dos excedentes

Justiça confirma a validade do concurso de Investigador de 2005

O SINPOL continua na luta para que o Estado aproveite os 580 candidatos aprovados no concurso de investigador 2005, aguardando apenas a convocação para iniciar o curso de formação na Academia de Polícia. Esses candidatos já passaram por todas as etapas, como a aplicação de provas e testes físico e psicotécnico, todos custeados pelo Estado, e foram aprovados nos exames médicos pagos pelos próprios candidatos..

Manifestações e protestos foram feitos pelo SINPOL visando à contratação desse contingente. Após contratar o Escritório de Advocacia Matuch de Carvalho Advogados Associados, o Sindicato

conseguiu a nomeação e posse de 400 investigadores que já estão trabalhando nas delegacias. Falta ainda chamar os excedentes para prover a sociedade de mais policiais.

Em janeiro, segundo o advogado Murilo Matuch de Carvalho, o Juiz Alexandre de Carvalho Mesquita, da 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital, acolheu os argumentos do SINPOL e julgou improcedentes as ações do Ministério Público, que pretendia a anulação do certame, mantendo a suspensão de seu prazo. Todas as etapas do concurso de investigador de 2005 foram validadas.

O Edital abriu 250 vagas para investigador, e de-

pois, com a mobilização dos candidatos e o apoio do Sindicato, o Estado ampliou para mais 150, totalizando 400 vagas, incluindo ainda no edital a determinação de participação de todos os aprovados nas demais etapas do concurso.

De acordo com o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, a Lei 3.586 determina 3.500 investigadores na Polícia Civil e ocupam o cargo hoje, pouco mais de mil. “É fundamental a contratação desses novos policiais para preencher as vagas existentes e oferecer mais segurança durante a realização dos grandes eventos que estão por vir”, diz Bandeira.

ACADEPOL INICIA CURSO PARA 1.200 INSPETORES CONCURSADOS

A Polícia Civil do Rio de Janeiro terá mais 1.200 novos inspetores aprovados no último concurso. A Academia de Polícia Sylvio Terra - Acadepol, iniciou o curso no dia 19 de abril com duração de 6 meses. Os novos

aprovados foram divididos em dois turnos de 600 alunos.

O espírito empolgado dos alunos foi percebido pela equipe do SINPOL que esteve presente no 1º dia de curso. “Sempre sonhei em ser policial civil do Rio de Janeiro. Independente do salário ou qualquer outra coisa vou dar o melhor para a segurança pública do meu Estado”, diz Rafael.

Luís Augusto, que trabalhou por 13 anos em instituição financeira, diz estar muito satisfeito e feliz por sua aprovação. “O nível da prova aplicada foi altíssimo, o que é bom para a segurança pública. Teremos policiais bem preparados para uma investigação, uma diligência e para o atendimento ao público. Agora posso dizer que vou trabalhar no que eu gosto!”, comemorou Luiz.

Apesar da necessidade urgente de algumas melhorias profissionais, o SINPOL constatou que a maioria dos alunos aprovados está na polícia por vocação. Fernando Bandeira informou a alguns alunos que a luta por melhores salários e condições de trabalho vai se fortalecer ainda mais com os novos policiais. “Queremos que esses poli-

ciais tenham um bom hospital da polícia, como tínhamos antes. Plano de saúde pago pelo Estado, plano de cargos e salários e uma boa estrutura para que exerçam bem suas atividades de polícia judiciária”, concluiu Bandeira.



Alunos entram na ACADEPOL para o 1º dia de aula do curso de formação



Alunos assistem palestra no curso de formação

Premiação de policiais não melhora a investigação

Valores que variam entre R\$ 3 mil e R\$ 9 mil foram pagos como gratificação a 11.749 servidores que bateram metas de redução de criminalidade nos últimos semestres de 2012. A cerimônia de premiação ocorreu em abril de 2013, no Teatro João Caetano. Na ocasião, o governador Sérgio Cabral anunciou que os policiais que baterem as metas de redução da criminalidade no primeiro semestre deste ano vão receber gratificações 50% maiores do que as já pagas.

De acordo com o secretário de Segurança, José Maria Beltrame, o total investido nas seis avaliações semestrais já realizadas é de R\$ 220 milhões, beneficiando 85 mil policiais. O trabalho é avaliado considerando os índices de homicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, auto de resistência, roubo de veículos e roubo de rua.

Além do aumento previsto para as futuras gratificações, já aumentou o número de policiais beneficiados. Isso porque, nos primeiros seis meses de 2012, apenas nove das 39 Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps) atingiram as metas de redução dos índices de criminalidade. Por conta disso, a Secretaria de Segurança decidiu reduzir as exigências. Pelo sistema implantado naquele período, a gratificação semestral passou a ser paga a policiais de delegacias que atingissem, pelo menos, 90% da meta estabelecida.

Tal critério, bem mais flexível, foi apresentado, em setembro de 2012, durante a premiação aos 7.857 policiais que cumpriram (neste caso plenamente) suas metas no primeiro semestre daquele ano. O cálculo, que passou a valer a partir de janeiro de 2013, fez com que o número de premiados aumentasse 25%.

Os policiais premiados no evento do segundo semestre do ano passado também receberam bônus de R\$ 3 mil a R\$ 9 mil. O valor total chegou a R\$ 36,6 milhões, tendo sido me-



Para a CNT Bandeira disse que falta efetivo na PC

nor que o concedido no primeiro semestre do mesmo ano, quando nove mil servidores receberam prêmios que somaram R\$ 40,5 milhões.

De acordo com o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, as premiações são bem vindas, entretanto, não há policiais suficientes para investigar os crimes. “Sem investigação não tem apuração e a Justiça não pode condenar ninguém, diz Bandeira, acrescentando que o efetivo está muito aquém do previsto na Lei 699/83 que era de 23.500 policiais civis. “Passados 30 anos, o efetivo hoje é de 11 mil policiais”, ou seja, a metade do previsto na lei, diz Bandeira.

— A violência recua numa área mais aumenta em outras. Com a falta de efetivo é claro que a população fica prejudicada, pois menos de 6% dos crimes são solucionados com o autor identificado e entregue à Justiça, conta Bandeira que pede ao governo do estado que faça mais concursos para preencher as vagas existentes na Polícia Civil.

ELEIÇÃO LIMPA

Dia 12 de abril passado o jornal “O Estado de São Paulo” publicou na coluna “*Fórum dos Leitores*” a carta de Fernando Bandeira questionando as eleições no Brasil. Também o jornal “O Dia” publicou a missiva na “*Conexão Leitor*”, dia 15/04. Segue a carta, que tanto interesse despertou, pelo tema abordado.

Como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) gasta dinheiro para dizer que a eleição é limpa. Se fosse limpa, não precisaria de propaganda. Nessa campanha contra a PEC 37 o Ministério Público deveria investigar a apuração das eleições no Brasil. Saber qual é a empresa que faz as eleições, quem é o seu proprietário, como é feita a escolha e desde quando essa empresa tem contrato com o TSE. Verificar se o dono da empresa foi funcionário do TSE e como andam centenas de processos sobre fraudes nas urnas eletrônicas. Indagar dos ministros por que o Brasil é o único país que adota esse sistema. Será que nós somos o país mais desenvolvido do universo e não sabemos?

“Saúde e Políticas de Drogas: a Polícia Civil no front do debate”

Dia 26 de março, na Academia de Polícia Sylvio Terra – Acadepol, houve o seminário “Saúde e Políticas de Drogas” para debater os temas: os perigos da proibição da droga; a necessidade de legalização; diferença entre traficante e usuário; saúde e assistência aos usuários de crack; descriminalização das drogas e estratégia de redução dos danos, entre outros.

Compareceram os delegados Orlando Zaccane, titular da 15ª DP (Gávea), e Valéria Aragão, da 6ª DP (Cidade Nova), o diretor do Hospital Central da Polícia Militar, Coronel Médico Sergio Sardinha, diretor da Academia de Polícia Militar D. João VI, Coronel Íbis Silva Pereira, o coordenador de Segurança Humana do Viva Rio e do Coronel Ubiratan Ângelo. Também prestigiaram o evento o subchefe administrativo da Polícia Civil, Sérgio Caldas, a diretora da Academia de Polícia, Jéssica Almeida de Oliveira, o delegado Alexandre Magalhães, representando o titular da Delegacia de Combate às Drogas



Policiais atentos aos debates na ACADEPOL

(DCOD), Márcio Mendonça, entre outras autoridades.

Para Fernando Bandeira, presidente do SINPOL, a lei nº 11.343/06 já reflete mudanças no tratamento do usuário e do traficante, mas dificulta a ação do policial pela falta de clareza da lei que não distingue objetivamente usuário e traficante. E necessário legislação que estabeleça essa diferenciação.

Segundo Zaccane, “*Estamos no front da guerra e devemos es-*

tar no front do debate já que somos os principais afetados”.

Convênios e Descontos

O SINPOL mantém vários convênios para os associados e dependentes com descontos. Os interessados devem comparecer ao Sindicato na Rua da Glória, nº 24, para pegar encaminhamento.

Academia do

Concurso Público:

Descontos de 20% nos cursos preparatórios para concursos. Mais informações no Tel: 2224-9571.

Colégio e Curso Tamararé:

Os filhos dos associados têm direito a 30% de desconto da 4ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. O mesmo abatimento para o curso pré-vestibular e preparatório para escolas militares, técnicas, CAP da UERJ e UFRJ. Válido para as unidades do Centro e do Méier.

Faculdade e Colégio

Simonsen:

Desconto entre 50% e 70% nas mensalidades de vários cursos de 3º Grau.

Oftalmologista:

Os Exames oftalmológicos com 30% de desconto são feitos no Centro do Rio e em Niterói.

Desconto de 50%

na ACM:

Em várias atividades como natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, entre outras atividades.

Escritório Teodoro da Silva & Advogados Associados:

O Escritório oferece atendimento aos associados perante a Administração Pública do Estado e na área criminal.

Atendimento dentário:

Consultório moderno no Centro para os associados e dependentes, com implantes e outros serviços. Desconto de 30%

ASSOCIADOS E DEPENDENTES TÊM 50% DE DESCONTO NA ACM

O convênio do SINPOL com a Associação Cristã dos Moços – ACM – da Lapa, com abatimento de 50% em todas as modalidades está mantido. O encaminhamento é obtido na Rua Riachuelo, nº 191 - A, Bairro de Fátima. Dos 25 aos 34 anos, ou acima dos 60 anos, o pacote pleno é R\$ 149 mensais e com o desconto cai para R\$ 74,50 – com direito a várias atividades: ginástica, hidroginástica, esportes de quadra e natação. Entre 35 e 59 anos, o preço da mensalidade é de R\$ 182 e com desconto, R\$ 91. Jovens entre 21 e 24 anos pagam apenas R\$ 55.

Desconto continua para Sindicato que não existe

Mesmo fechado pela Justiça desde maio do ano passado mais de mil policiais continuam descontando R\$ 20,00 reais por mês para um sindicato inexistente. Os diretores desse suposto sindicato já receberam mais de R\$ 260.000.

O SINPOL, autor da ação, já acionou a Justiça para aplicar multa R\$ 5.000 por dia e devolver o montante descontado.



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: 2224-9571

IMPRESSO